



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** –

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
(PEC 221/2019)**

REQUERIMENTO Nº _____/2026

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Requer o encaminhamento ao IBGE e ao IPEA de solicitação de dados sobre informalidade no mercado de trabalho e renda real do trabalhador, com foco no risco de aumento da informalidade decorrente da redução da jornada.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 21, XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência o encaminhamento de solicitação de dados ao Ministério do Planejamento e Orçamento por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com vistas a subsidiar os trabalhos da Comissão Especial sobre a Redução da Jornada de Trabalho (PEC 221/2019).

São os seguintes os dados solicitados:

1. Ao IBGE: dados da PNAD Contínua sobre a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro (2012–2024), com abertura por setor de atividade, faixa de renda e região geográfica; dados comparativos de renda formal x informal; e indicadores de transição entre formalidade e informalidade
2. Ao IPEA: estudos e projeções sobre o impacto de alterações no custo do trabalho sobre a taxa de informalidade, incluindo experiências históricas brasileiras e internacionais; e análises sobre o efeito de reduções de jornada sobre a renda real dos trabalhadores formais e informais

JUSTIFICATIVA

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 448 | 70100-970
Brasília DF Tel (61) 3215-5448 |
dep.juliazanatta@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** -

O risco de aumento da informalidade é uma das principais preocupações relacionadas à PEC 221/2019. Quando o custo da mão de obra formal aumenta significativamente, empregadores tendem a buscar arranjos alternativos de contratação, incluindo a informalidade, que prejudica o trabalhador ao privá-lo de direitos previdenciários e trabalhistas.

O Brasil já enfrenta elevada taxa de informalidade, e qualquer política que aumente o custo do trabalho formal sem garantias compensatórias pode agravar esse quadro. Os dados solicitados ao IBGE e ao IPEA fornecerão à Comissão Especial a base empírica necessária para avaliar esse risco com rigor.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, na data da assinatura

Deputada Federal Júlia Zanatta
(PL/SC)

